

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
PEDAGOGIA BILÍNGUE – LIBRAS/PORTUGUÊS

LAYANNY MONTEIRO DE SOUSA BRUNO

TIBI E JOCA, DE CLÁUDIA BISOL: Um Exemplo de Valorização da Cultura Surda

APARECIDA DE GOIÂNIA
2022



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Layanny Monteiro de Sousa Bruno

Matrícula: 20171090080020

Título do Trabalho: TIBI E JOCA DE CLÁUDIA BISOL: Um Exemplo de Valorização da Cultura Surda.

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG;
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____;
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG.

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Aparecida de Goiânia, 13 de setembro de 2022

Layanny Monteiro de Sousa Bruno

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

LAYANNY MONTEIRO DE SOUSA BRUNO

TIBI E JOCA, DE CLÁUDIA BISOL: Um Exemplo de Valorização da Cultura Surda

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Pedagogia Bilíngue.

Orientador: Prof. Dr. Alexssandro Ribeiro Moura

APARECIDA DE GOIÂNIA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B898 Bruno, Layanny Monteiro de Sousa
Tibi e Joca de Cláudia Bisol: um exemplo de valorização da cultura surda. / Layanny Monteiro de Sousa Bruno. - Aparecida de Goiânia, 2022.
54 f.; il.

Orientador: Dr. Alexssandro Ribeiro Moura.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia, Licenciatura em Pedagogia Bilingue, 2022.

1. Literatura. 2. Linguagens. 3. Ilustração I. 4. Inclusão. I. Título.

CDD 371.912

Catalogação na publicação:
Thalita Franco dos Santos Dutra – CRB 1/2186



TERMO DE APROVAÇÃO

LAYANNY MONTEIRO DE SOUSA BRUNO

TIBI E JOCA, DE CLÁUDIA BISOL: Um Exemplo de Valorização da Cultura Surda

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Pedagogia Bilíngue, desenvolvido na linha de pesquisa, sob orientação do Prof. Dr. Alexssandro Ribeiro Moura

Aprovado em 28 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexssandro Ribeiro Moura
(Presidente - orientador)

Prof. Dra. Josiane dos Santos Lima
(Membro interno)

Prof. Dra. Waléria Batista da Silva Vaz Mendes
(Membro interno)

Documento assinado eletronicamente por:

- Waleria Batista da Silva Vaz Mendes , COORDENADOR DE CURSO - FUC1 - APA-CLPB , em 13/08/2022 08:26:28.
- Josiane dos Santos Lima , PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 12/08/2022 18:01:33.
- Alexssandro Ribeiro Moura , PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 11/08/2022 08:13:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 306637

Código de Autenticação: cf0611dfa1



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Avenida Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, Parque Itatiaia, APARECIDA DE GOIÂNIA / GO, CEP
74968-755

(62) 3507-5959 (ramal: 5959)

Dedico aos meus filhos João Gabriel e Davi Lucca que me motivam a ser melhor todos os dias.

A meu esposo que sempre me apoiou e ajudou, mesmo que indiretamente a prosseguir firme, e vencer os obstáculos.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus por conseguir chegar até aqui.

A todos os professores e professoras, pela dedicação e competência como educadores.

Ao professor Dr. Alexssandro, pela competência e paciência em orientar na escrita do trabalho.

Ao meu esposo, colegas e familiares.

RESUMO

Este estudo aborda uma análise da obra de Cláudia Bisol, **Tibi e Joca: história de dois mundos**, enfatizando o exemplo de valorização da cultura surda e buscando responder “de que forma as obras literárias criadas para surdos podem contribuir com a inclusão do surdo nas escolas?”. Dessa forma, o principal objetivo foi analisar o uso de obras literárias criadas com a intenção de incluir o surdo, especificamente, analisar a utilização da literatura como arte de ensino; identificar como tem sido trabalhada a inclusão de pessoas com deficiências específicas e; discutir sobre a importância de obras literárias criadas para o público surdo, pensando na inclusão de pessoas com surdez. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo descritiva, abordando autores como Rildo Cosson, Rachel Sutton-Spence, Antônio Cândido, entre outros, além das legislações pertinentes à inclusão e a obra de Bisol. Os resultados encontrados apontam que a história de Tibi e Joca retrata claramente a importância de se pensar em matérias específicas em que a criança se sinta representada, considerando que a literatura surda não surgiu momentaneamente, do nada, ela surge de uma tradição, de uma cultura até os dias atuais, concluindo que o surdo não é tratado como deficiente auditivo, mas como um indivíduo que se abre para uma cultura rica que possibilita a ele o experimento de outro mundo. Ao analisar a obra de Bisol, percebe-se que ela vai muito além de apenas uma leitura, considerando que ensina sobre sentimentos, respeito, companheirismo, amor, em uma linguagem apropriada para o público infantil. Dessa forma, conclui-se que é importante que se conheçam todas as estratégias de composição e que se trabalhe com elas dentro de sala de aula, sendo essencial para o desenvolvimento de uma educação inclusiva nas escolas.

Palavras-Chave: Literatura 1. Linguagens 2. Ilustração 3. Inclusão 4.

ABSTRACT

This study consists of an analysis of the work of Cláudia Bisol, Tibi and Joca: history of two worlds, emphasizing the example of valuing deaf culture and seeking to answer the question: How can literary works in Libras contribute to the inclusion of the deaf in the schools? Thus, the main objective was to analyze the use of literary works created with the intention of including the deaf, specifically, to analyze the use of literature as an art of teaching; identify how the inclusion of people with specific disabilities has been worked on and; discuss the importance of literary works created and adapted for the deaf public, thinking about the inclusion of people with deafness. This is a bibliographical research, of the descriptive type, based on authors such as Rildo Cosson, Rachel Sutton-Spence, Antônio Cândido, among others, in addition to the legislation pertinent to inclusion and critical reference on Bisol's work. The results found indicate that the story of Tibi and Joca broadly portrays the importance of thinking about specific subjects in which the child feels represented, considering that deaf literature has developed gradually, it arises from a tradition, from a culture to the nowadays, concluding that the deaf person should not be treated as a hearing impaired person, but as an individual who is open to a rich culture that allows him to experience another world. When analyzing Bisol's work, it is clear that it goes far beyond just reading, considering that it teaches about feelings, respect, companionship and love in a language appropriate for children. In this way, it is concluded that it is important to know all the strategies of composition of literature in Libras and to work with them in the classroom, being essential for the development of an inclusive education in schools.

Keywords: Literature 1. languages 2. Illustration 3. Inclusion 4.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Capa do livro Tibi e Joca	43
Figura 2. Nascimento de Joca	44
Figura 3. Surgimento de dúvidas	45
Figura 4. A descoberta da surdez	46
Figura 5. Sentimento de tristeza de Tibi e Joca	46
Figura 6. Solidão	47
Figura 7. Tibi resgata Joca	47
Figura 8. O encontro entre Tibi e Joca	48
Figura 9. A língua de sinais	49
Figura 10. Joca conhece a libras	49
Figura 11. Joca apresenta a libras para seus pais	50
Figura 12. Os pais de Joca conhecem a libras	50
Figura 13. A história de dois mundos	51
Figura 14. O amor prevaleceu	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E LITERATURA	17
1.1. A História da Inclusão Social no Brasil - Cidadania e Políticas Públicas	20
1.2. O papel da Escola e da Literatura na Inclusão Social diante das Exigências Legais	26
2 A ESCOLARIZAÇÃO DO LIVRO LITERÁRIO E A LITERATURA EM LIBRAS	33
2.1. A literatura, Inclusão e Valorização do Surdo	35
2.2. A importância do Planejamento e da Escolha de Obras para o Letramento Literário Infantil	36
3 LEITURA E ANÁLISE DA OBRA TIBI E JOCA – UMA HISTÓRIA DE DOIS MUNDOS	41
3.1. Letramento Literário e Letramento Visual na Obra	41
3.2. Interação entre Ilustração, Linguagem Verbal e Libras na Obra de Cláudia Bisol	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema que tem sido muito discutido nas últimas décadas. As instituições de ensino brasileiras têm desenvolvido cada vez mais projetos e cursos que orientam a comunidade escolar a realizar práticas pedagógicas que valorizem a diferença e incluam as pessoas com deficiência e necessidades específicas no ambiente acadêmico. Mais especificamente em relação à inclusão dos surdos, é possível observar avanços significativos. O primeiro deles é a Lei 10436/2002 e o Decreto 5626/2005, que estabelecem o direito aos surdos do acesso a informações em Libras.

Esses marcos legais são de extrema importância, pois, a partir deles, observa-se a criação de cursos superiores, como Letras-Libras e Pedagogia Bilíngue (Português-Libras), que se propõem a produzir teorias e práticas metodológicas que orientem à docência para surdos e ouvintes na educação infantil, na educação básica e na educação superior.

Partindo dessa premissa trazida pelos documentos legais, da obrigatoriedade de se oferecer acesso à informação, surge também uma demanda do mercado editorial, que, gradativamente, produz trabalhos científicos e artísticos que buscam trazer os surdos definitivamente para o espaço da sala de aula. A literatura, como arte que trabalha com a língua e potencializa seus sentidos, torna-se uma importante aliada nesse processo, já que é fundamental para a formação de leitores, seja em Libras ou em Língua Portuguesa.

O desenvolvimento de habilidades de leitura é muito importante desde a infância e para que ele ocorra de modo adequado o professor deve estar atento à escolha das obras literárias e a mediação da leitura que será feita diante das crianças com as quais ele convive.

Como forma de observar de maneira mais efetiva a possibilidade de trabalhar com livros infantis que abordam a integração entre surdos e ouvintes na sala de aula, é possível analisar a obra **Tibi e Joca: história de dois mundos**, composta por Cláudia Bisol, publicado no ano de 2001, que conta com a participação especial de um surdo, Tibiriça Maineri, que dá nome a uma das personagens e auxilia na representação dos surdos, tanto na temática abordada quanto na linguagem utilizada, que valoriza a língua brasileira de sinais e estimula o seu aprendizado, trabalhando a inclusão de surdos e ouvintes, mostrando a importância do contato com as diferenças desde a infância, o avanço em estudos, a criação e adaptação de obras literárias pensadas para o público surdo, obras nas quais o leitor, seja por meio da narrativa ou das personagens, se sinta representado.

Assim, fica como questionamento: De que forma as obras literárias criadas podem contribuir com a inclusão do surdo nas escolas?

O principal objetivo deste estudo é analisar o uso de obras literárias criadas com a intenção de incluir o surdo, através da obra **Tibi e Joca: história de dois mundos**, composta por Cláudia Bisol, ilustrada por Marcos Cena. Os objetivos específicos consistem em: analisar a utilização da literatura como arte de ensino; identificar como tem sido trabalhada a inclusão de pessoas com deficiências específicas; discutir sobre a importância de obras literárias criadas para o público surdo, como por exemplo, a obra em discussão de Cláudia Bisol e; analisar a obra Tibi e Joca: Uma história de dois mundos, pensando na inclusão de pessoas com surdez.

Em suma, este trabalho de conclusão de curso busca pensar o uso de obras literárias que possam inserir o público surdo, estudando a importância de obras pensadas e criadas de forma a incluir este público, que entendam o surdo como um grupo linguisticamente e culturalmente diferente, mas com direitos a serem respeitados.

Para Silva (2010), na intenção de construir bases teóricas e práticas para a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, torna-se essencial discutir sobre a inclusão social escolar.

A literatura surda em Libras é essencial para a expressão dos surdos na sua própria língua, além da compreensão melhor da arte feita em sua língua ser um direito de todos os surdos no Brasil, segundo explica Sutton-Spence (2021, p. 5).

Nesse sentido, a autora acrescenta ainda que as pessoas surdas participam da literatura que está constantemente em mudança, sendo uma troca social em que os artistas constroem juntos (SUTTON-SPENCE, 2021, p. 24). Ressaltando que a literatura em libras é um instrumento importantíssimo da cultura surda além de ser também um processo (MOURÃO, 2011 apud SUTTON-SPENCE, 2021, p. 26).

É importante o estudo de obras literárias que mostrem a integração de surdos e ouvintes, como por exemplo, a obra **Tibi e Joca: história de dois mundos**, composta por Cláudia Bisol, ilustrada de Marcos Cena, pois tratam de forma ilustrativa e clara os anseios e as dificuldades que o surdo vive desde a infância e de como é importante essa interação com ouvinte e com a sua primeira língua (libras).

A cultura surda decorre de uma língua visuoespacial, de uma relação em que os sons não são necessários. O surdo pode fazer tudo que um ouvinte faz, considerando que o visual responde a tudo isso através da adaptação, existindo grande possibilidade de tudo dar certo.

É necessário refletir também que as instituições de ensino devem buscar a formação de profissionais, educadores que estejam aptos a entender a diferença como possibilidade e não como limitação, buscando ferramentas de inclusão que motivem o aluno fazendo com que ele se veja enquanto indivíduo pensante e produtor de discurso. Também é importante destacar a importância da inclusão para grupos que não estejam inseridos culturalmente nas tradições dos povos surdos. Para isso é necessário garantir produções bilíngues, gerando, assim, efeitos plurais no processo de letramento.

Dessa forma, este estudo contribuirá para uma percepção ampla da importância da literatura no que diz respeito ao progresso social, ao pensamento crítico, e o impacto desse trabalho na educação de crianças.

Inicialmente, o primeiro capítulo aborda a educação, a inclusão e a literatura de maneira geral, bem como a história da inclusão social no Brasil, relacionada à cidadania e às políticas públicas existentes nesse contexto. Este capítulo aborda também o papel da escola e da literatura na inclusão diante de todas as legislações pertinentes a ela.

O segundo capítulo, de forma mais específica, aborda a literatura surda e em libras, a inclusão do surdo e a valorização do surdo e sua cultura, além de ressaltar a importância de escolher obras criadas e planejar o letramento literário infantil.

Por fim, o terceiro e último capítulo analisa, de maneira enfática, o livro **Tibi e Joca: a história de dois mundos**, de Cláudia Bisol (2001), apresentando seus aspectos estruturais e temáticos, com destaque para a composição de recursos visuais, como ilustrações, a linguagem verbal e em libras na obra.

1 EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E LITERATURA

A educação inclusiva é um modelo educativo que busca integrar ou incorporar aquelas crianças, jovens ou adultos que tenham problemas gerados pelas deficiências ou que sejam vítimas da marginalização, quer seja por sua raça ou etnia. Essas são algumas das causas pelas quais eles são excluídos da sociedade, sendo difícil incorporá-los ao método tradicional de ensino. A educação inclusiva procura incorporá-los a este mundo normalizado da educação.

Na concepção de Peixoto e Aranha (2008, p. 54), o conceito de inclusão social está relacionado com a qualidade de vida que deveria ser garantida a todos os brasileiros, para eles, significa uma referência de cidadania, considerando que incluir é oferecer qualidade de vida, garantindo a todas as pessoas condições objetivas para usufruir de bens naturais, sociais e culturais, além de resultados da produção coletiva, que se encontram distribuídos desigualmente.

De acordo com Dens (2006), a inclusão tem como princípio a valorização da diversidade, considerando que a educação inclusiva não possui a ideia de que uma criança necessita ser normal para que contribua com a escola. Por sua vez, Bove (1993) afirma que a inclusão significa a possibilidade da criança surda se desenvolver e participar de atividades comuns a todos, valorizando as potencialidades de cada um, e acrescenta que

A inclusão escolar significa a abertura de educadores e novos espaços para que o aluno com deficiência não permaneça excluído da convivência com os outros sujeitos, mas se faz a partir do cumprimento por parte de profissionais capacitados, para o atendimento das necessidades específicas de cada aluno com deficiência (BOVE, 1993).

Ao longo da história da deficiência, muitos conceitos foram utilizados, houve, por exemplo, diferentes paradigmas como da institucionalização, paradigmas de serviços e, por fim, o paradigma da inclusão. Entretanto, existe muita confusão, a respeito desses conceitos, e um deles é sobre integração e inclusão, ambos se confundem, mas seus significados são bem diferentes. Integrar significa colocar junto, e colocar junto não é exatamente fazer parte. Por sua vez, incluir se refere à participação, à atuação e à produção da criança surda no ensino regular.

A criança quando está inclusa no ensino regular, na sala de ensino regular, ela aprende. É necessário que sejam oferecidos a ela todos os recursos de aprendizagem possíveis, o educador precisa estar preparado para isso sabendo o que de fato é a inclusão, porém algo extremamente importante e determinante para que as crianças com deficiência possam aprender é o querer do educador, sua disposição de dar e investir nesse processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Lehenbauer, et al (2005, p. 605)

(...) se o professor não exercer o seu papel com competência, com domínio de conteúdos, conhecimento de como se estruturam as relações entre o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem, seu trabalho não terá a eficácia esperada. Ele precisa, enfim, conhecer o aluno: seus interesses, necessidades, peculiaridades, para despertar nesse aluno o gosto de estudar, para desafiá-lo a construir ativamente o saber, com autonomia intelectual, visão crítica e cooperação (LEHENBAUER; et al, 2005, p. 605).

É preciso adequar seu conhecimento naquilo que o aluno surdo precisa. Todos têm um potencial diferente de aprendizado, logo, cabe ao educador conhecer o aluno, ver aquilo que ele é capaz de produzir e definir seu método que irá utilizar para ensiná-lo e a maneira que irá estimulá-lo.

Voltando especificamente para a leitura, para a educação infantil, sobretudo, a literatura deve ter um espaço ainda maior no desenvolvimento escolar, considerando que Schlemper (2017, p. 2), afirma

A literatura é quem possibilita aos que a ela têm acesso à compreensão de mundo; reflexão de problemas; transmissão e reconhecimentos culturais por meio de valores, crenças, costumes, hábitos que aparecem nos contos; o desenvolvimento cognitivo; o treino da memória, o estímulo da atenção e concentração (SCHLEMPER, 2017, p. 2).

Em 2022, a lei 10.436 reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. Um marco significativo para o surdo que vem lutando há muito tempo por seus direitos, muitas vezes sofrendo discriminação e preconceito da sociedade.

O acesso a informações e materiais criados e adaptados para o público surdo desde a infância é importante, se a criança estiver inserida em um ambiente em que se sinta representada terá ganhos significativos para o seu futuro. Sendo assim, é importante que haja profissionais que reconheçam as diferenças como um desafio e não como uma limitação e o uso de obras literárias criadas e adaptadas pensando em atender um público específico, como, por exemplo, o público surdo. São exemplos de obras importantes para o surdo: **O Patinho Surdo (2011)**, de Fabiano Rosa e Lodenir Karnopp, **A Cinderela Surda (2011)**, de Carolina Hessel Silveira, Lodenir Becker Karnopp e Fabiano Souto Rosa, todas elas adaptadas de grandes clássicos da literatura universal. Podemos citar também a obra de Bisol, **Tibi e Joca, História de Dois Mundos (2001)**, que foi criada pensando especificamente no surdo, e retrata de uma forma bem ampla aos leitores como é a realidade desses dois mundos: dos surdos e dos ouvintes, mostrando a importância do contato com diferentes culturas desde a infância, ensinando o respeito às diferenças e a necessidade de pensarmos como esses materiais fazem diferença no meio social que vivemos.

O acesso à leitura e à produção literária ao público surdo tem por seu efeito não apenas incluir tais públicos ao acesso literário, mas também garantir a produção desses grupos, garantindo assim, a diversidade literária e cultural, gerando, assim, consequências palpáveis no que diz respeito ao processo de aculturação de um povo, ou seja, de pluralidade de histórias e de maneiras de contá-la, como acrescenta Schlemper (2017, p. 6), assim como outras culturas, a cultura surda também possui certa tradição ativa no folclore, voltada para o desempenho da narrativa oral, sinalizada em que os valores são transmitidos em cada geração. Em outras palavras, da mesma maneira que as histórias são criadas e recriadas através dos tempos e adaptadas às culturas em que são inseridas, o surdo utiliza deste recurso para expressar sua própria cultura, transmitir seus valores e exprimir suas lutas.

1.1 A História da inclusão Social no Brasil - Cidadania e Políticas Públicas

A oferta de educação a pessoas com deficiência mudou bastante com o passar dos anos. No Brasil, após um longo período de exclusão e abandono, as atenções a esse tema ganharam corpo no século XIX. Conforme relata Silva (2010)

A história da educação especial começou no Brasil, no início da segunda metade do século XIX, sendo que anteriormente as pessoas com deficiência eram vítimas de abandono e negligência. Em um primeiro momento, a educação desses indivíduos acontecia em escolas anexas aos hospitais psiquiátricos e também em instituições especializadas (SILVA, 2010, p. 9).

Em 1854, ocorreu a criação do Instituto dos Meninos Cegos que hoje é o Instituto Benjamin Constant. E, em 1857, a criação do Instituto dos Surdos-Mudos, atualmente o Instituto Nacional de Educação de Surdos. O perfil era muito mais voltado aos deficientes visuais e auditivos, continuando a excluir as limitações físicas, principalmente, as intelectuais.

O cenário começou a mudar apenas a partir de meados do século XX, quando se iniciou a articulação de uma Política de Educação Especial, e foi nessa época que surgiram instituições como a Sociedade Pestalozzi do Brasil e a APAE. Em 1969, o Brasil contava com mais de 800 (oitocentas) escolas especializadas na educação de pessoas com deficiência intelectual.

Na década de 1980, a educação de pessoa com deficiência começou a ganhar o caráter de inclusão, o primeiro passo para isso foi em 1988 com o artigo 208 da Constituição Federal, em seu inciso III, que garante o atendimento, preferencialmente, na rede regular de ensino, aos indivíduos que apresentam deficiências. O texto afirma que

Artigo 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:(...) III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988).

Em dezembro de 1996, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, seu texto confirma que a educação de pessoa com

deficiência deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, e deve haver serviços de apoio especializado.

Nesse sentido, Almeida (2015, p. 183) destaca o texto que a referida lei traz

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define que a educação de crianças com necessidades educacionais especiais será realizada, preferencialmente, na rede regular de ensino (art.58, parágrafo 3º). Portanto, é para atender a esta realidade que as escolas passam por um grande processo de adaptação que possibilite respostas à realidade de cada aluno com alguma deficiência, oferecendo-lhe as oportunidades necessárias para seu desenvolvimento e aprendizagem. Tais indivíduos passam a ser considerados como os elementos principais nessa nova realidade, uma vez que serão suas necessidades específicas que determinarão os recursos metodológicos para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos (ALMEIDA, 2015, p. 183).

Já Silva (2010) afirma que o modelo de inclusão foi fortalecido a partir da década de 1990,

Na busca de garantir não apenas a presença do aluno com necessidades educacionais especiais na sala comum do ensino regular, mas também de desenvolver meios que tornassem possível para esse aluno alcançar sucesso acadêmico e, conseqüentemente, permanecer na escola regular (SILVA, 2010, p. 9-10).

O modelo de inclusão é algo recente no Brasil, logo é um pouco complicado envolver crianças e adolescentes especiais, uma vez que é preciso trabalhar desde a raiz docente no sentido de criar novas estratégias e metodologia de ensino e aprendizagem. Os papéis do professor e da escola são fundamentais desde os planejamentos das aulas, e de tais estratégias, planos de trabalho e apresentação das ferramentas para que eles possam interagir com estes alunos especiais dentro da sala de aula.

Hilluska de Figueiredo Sousa Carneiro Vieira no artigo Letramento literário – *un camino posible* acrescenta que “A literatura precisa de um adequado processo de escolarização, mas não de forma descaracterizada e negada sua função social, pois a adequada escolarização da literatura contribui para a formação dos estudantes em uma perspectiva do letramento literário.” (VIEIRA, 2015, p.122).

Essa prática social corresponde ao aprimoramento literário do indivíduo em todos os seus engajamentos e ou gêneros literários, conforme acrescenta a autora que: “Um indivíduo pode ser capaz de ler um bilhete e não ser capaz de ler uma

notícia, pode ser capaz de escrever o nome e não ser capaz de escrever um bilhete, e assim por diante (...)” (VIEIRA, 2015, p. 119).

Voltando para a literatura em Libras, seu principal intuito é a diversão, cabendo ressaltar que a maioria das pessoas que assistem às performances não possuem necessariamente interesse em analisar a obra, sendo importante principalmente para desfrutar o estilo literário, para que deem um *like* ou aplaudam. Para o estudo dessa literatura é necessário refletir sobre os textos literários, analisando de forma a perceber porque uma obra literária é importante e entender como ela foi composta (SUTTON-SPENCE, 2021, p. 24).

Assim, a autora ainda acrescenta que a literatura em Libras é uma oportunidade de brincar com a língua. Para ela, a Libras vai muito além de permitir aos surdos o acesso à sociedade dos ouvintes e à língua portuguesa, se trata de uma língua completa que precisa ser utilizada para todas as funções de língua, inclusive a lúdica, sendo uma língua bonita, espirituosa, brincalhona e frequentemente muito agradável (SUTTON-SPENCE, 2021, p. 27).

Existe uma queixa dos educadores de que eles não estão preparados para atender essas crianças com deficiência, e uma das questões em relação a essa falta de preparo são o atendimento às leis, quais são os profissionais que estão habilitados dentro da escola, além dos professores, que conhecem e sabem trabalhar com deficientes. Muitas vezes é uma escola que não tem um orientador educacional e também, o professor que se recusa a lidar com essa criança com deficiência por se sentir desqualificado e despreparado para tal.

As Políticas Públicas se trata de decisões governamentais que foram planejadas para conciliar as diferenças e os interesses individuais com as necessidades da vida em sociedade. Assim, surge a necessidade de apresentar todas as legislações referentes à inclusão social e a educação como direito garantido a todos os cidadãos portadores de necessidades especiais.

A inclusão não é uma metodologia de ensino, mas um processo, um ideário, uma proposta política de mundo e não apenas de educação. Historicamente, os modelos de integração estão sendo deixados de lado e o modelo de inclusão está sendo adotado, onde a escola precisa estar apta a receber toda a diversidade, criando novas metas para que todos se desenvolvam dentro das suas políticas.

A escola tem papel importante não apenas de incluir aquele aluno com deficiência, mas de ensinar os outros a aceitar as diferenças. Hortas (2013, p. 41) expõe isso muito bem quando afirma que

O seu papel é fundamental para a criação e sustentabilidade de uma sociedade multicultural tolerante. Cabe-lhe a responsabilidade de colocar em prática as políticas educativas, mas também de promover interação entre indivíduos, de formar para o desenvolvimento de atitudes de cidadania para com os outros e para com as instituições e contribuir para a dinâmica interna dos grupos e destes como meio social (HORTAS, 2013, p. 41).

O termo “tolerante” utilizado por Hortas (2013), embora pareça agressivo e com certeza infeliz, se refere a um reconhecimento da diversidade cultural a partir da valorização da identidade de sua própria cultura, representando o respeito de um povo às culturas diferentes, no caso a cultura dos surdos.

Muito mais importante do que incluir o aluno com deficiência é ensinar todos os alunos a aceitarem as diferenças, criando um ambiente respeitoso e harmonioso. Consequentemente, quando o professor toma pra si essa responsabilidade, ele se torna um profissional cada vez melhor, aprimorando seus conhecimentos, uma vez que ele terá iniciativas de pesquisar e elaborar estratégias para que essa inclusão e esse ambiente respeitoso seja possível.

A Constituição Federal, em seu artigo 205 elenca que a Educação é um direito a todos (BRASIL, 1988). O “todos” em questão significa uma aquisição individual, para todos, de todos, é uma característica da Constituição de ser cidadão.

Em 2008, o Ministério da Educação estabeleceu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa Política é considerada um grande marco, no sentido de entender que a escola é de todos e todas as crianças devem estar na escola sem serem discriminadas, sem ter restrições, limitações em função da sua deficiência, das características que possam servir para marcar determinadas identidades.

A inclusão tem caminhado com extrema dificuldade, mas tem caminhado no sentido de ser mais bem compreendida e praticada nas escolas. O ponto principal da Política é o direito de quem tem deficiências de frequentar classes comuns das

escolas regulares em oposição à situação em que os estudantes com necessidades educacionais especiais são destinados a classes também especiais.

De acordo com a Política Nacional (BRASIL, 2008), todos têm direito de estar juntos na sala de aula, os que têm necessidades especiais e os que não têm. A apresentação do documento preconiza que estar junto, aprendendo e participando, é a maneira de superar a discriminação e, por isso a política se opõe a qualquer tipo de adaptação.

Em outras palavras, é comum que as escolas trabalhem com conteúdos adaptados para os alunos especiais, currículos, avaliações adaptadas e está bem claro na Política que o currículo deve ser o mesmo para todos, uma vez que são os alunos especiais que se adaptam e não o contrário.

No capítulo VI, o texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva descreve a escola que pratica a educação inclusiva. Para o MEC, o aluno com deficiência precisa frequentar a classe comum e participar de atividades complementares.

Bueno (2011) explica que:

(...) Quando se refere ao exercício da docência, o documento indica que, para “atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área (BRASIL, 2008, apud BUENO, 2011).

A Política não exige formação especializada para os educadores que atuam nas classes comuns, mas é necessário que o educador possua noções práticas e básicas que lhe permitam não errar no atendimento ao aluno com deficiência.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu seus objetivos e metas para Educação dos Estudantes com necessidades especiais em classes comuns. O Plano Nacional segue a Convenção de Guatemala, de 1999 e também a Declaração de Salamanca, de 1994, os marcos internacionais para a educação inclusiva.

Selau (2010, p. 30) descreve o objetivo de seguir a Declaração de Salamanca:

Uma importante investida rumo à inclusão foi dada por ocasião da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, com a Declaração de Salamanca. Teve como objetivo promover a ideia de

educação para todos, examinando mudanças fundamentais de políticas necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva (SELAU, 2010, p. 30).

Muitos autores consideram a Declaração de Salamanca de 1994, o marco inicial para a inclusão, mas ela ocorreu logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que já determinava a educação para todos e o atendimento educacional especializado ao portador de deficiências. No ano de 1989, foi aprovada a lei nº 7.853, que, dentre outras importantes disposições, determinou a obrigatoriedade da matrícula de alunos com deficiências em escolas públicas ou particularidades.

A Política também apresenta o diagnóstico da situação até 2006, o censo escolar daquele ano mostrava o aumento do fluxo da matrícula de alunos especiais nas classes comuns a partir do ano de 2002. O ritmo de atendimento pela rede pública também aumentou, desde 2001, mas apenas em 2008 o atendimento na classe comum ultrapassou o atendimento na classe especial como mostram os dados no censo escolar de 2009.

A efetivação das diretrizes criadas pelas Políticas Públicas depende de uma mudança estrutural e cultural da escola. Nesse sentido, provavelmente, qualquer que seja o método ou modelo que será desenvolvido, o aluno passará a ser o centro, e mudará o papel do educador que deixará de ser o detentor do conhecimento e passa a ser um mediador do processo e aquele que auxiliará o aluno a ir atrás do conhecimento.

As práticas pedagógicas contemporâneas atualmente tiveram um avanço significativo, como, por exemplo, a criação de cursos e formação de educadores voltados para a inclusão dos surdos. Podemos citar o curso de Pedagogia Bilíngue ofertado pelo Instituto Federal de Goiás - Câmpus Aparecida de Goiânia, curso recente, com a primeira turma criada no ano de 2014, mais um ganho para o surdo, possibilidade de formação de educadores surdos e ouvintes, conhecedores dos direitos dos surdos.

Através das obras literárias, o educador preparado pode ser mediador de leituras que auxiliem a criança a desenvolver suas habilidades, numa perspectiva bilíngue, valorizando o aspecto visual, como ocorre na obra de Bisol, na qual a criança se sente representada e seus direitos são garantidos.

1.2 O Papel da Escola e da Literatura na Inclusão Social diante das Exigências Legais

A Educação é um processo que acontece não apenas na escola, mas também na família, na sociedade e que trata, não apenas de transmissão de conhecimentos, de certificação desses conhecimentos adquiridos, mas também de um processo de socialização mais amplo, que diz respeito a valores éticos e diz respeito a uma verdadeira visão de mundo, a um olhar da sociedade sobre todos esses processos. Como já foi mencionado, o direito à educação é um direito de todos, consagrado na Constituição Federal, nos Direitos Humanos e em vários dispositivos legais.

Antônio Cândido (2004) expõe a literatura como algo necessário e fundamental ao ser humano, em suas palavras “é fator indispensável de humanização”, presente ampla e cotidianamente. Assim como para qualquer outra pessoa, para os surdos é também um direito e, negar esse direito a eles seria como uma mutilação à sua humanidade, seria como impedi-lo de acessar “um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as restrições dos direitos, ou de negação deles” (CÂNDIDO, 2004, p. 186).

Partindo de um princípio em que a literatura é uma experiência essencial para o exercício da sensibilidade, da reflexão humana e, também, de que o surdo possui na língua de sinais uma ferramenta completa de expressão através de sinais, sem perder o conteúdo (GESSER, 2009 apud ABRAHÃO; PEREIRA, 2015). O acesso do surdo à literatura em espaços educativos precisa ser garantido (ABRAHÃO; PEREIRA, 2015).

Analisando os principais dispositivos por ordem cronológica, encontram-se legislações pertinentes à inclusão de portadores de necessidade que embasam a Política de Educação Inclusiva no Brasil. Após os artigos, já mencionados, da Constituição Federal de 1988, está a lei nº 7.853 de 1989, que dispõe sobre o apoio a pessoas portadoras de deficiência e a sua integração social, definindo como crime a recusa de matrícula dos especiais em ensino regular.

Logo em 1990, no artigo 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente reforça que os pais e os responsáveis têm como obrigação matricular os especiais em rede

regular de ensino. Em 1996, surge a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394 com os artigos 58 ao 60 voltados para a inclusão social. Conforme artigo 58

(...) Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

O artigo 58 define a educação especial elencando parágrafos incluindo os alunos com deficiência na rede regular. Em seu trecho mais questionável, diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”.

Já no artigo 59, é destacado que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; garante também, a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental por causa de suas deficiências; além de definir dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (artigo 24, V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Em 2001, com a Resolução nº 2 das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ficou determinado que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos responsabilizando as escolas por uma organização para o atendimento dos alunos com necessidades especiais, conforme o artigo 2º.

Em 2002, a Resolução CNE-CP nº 1 estabelece as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, ou seja, ela define que as instituições de ensino superior agreguem em seus currículos formação docente voltada para a inclusão e para a atenção à diversidade.

E, ainda em 2002, a lei nº 10.436 reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, além de determinar que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar sua utilização, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia.

A luta dos surdos pela garantia de seus direitos, todos os movimentos pelo reconhecimento das minorias, os estudos linguísticos da década de 1960 e a consciência de uma identidade surda relacionam-se à língua de sinais, considerando que elaboraram vários discursos e práticas sobre a condição surda que encontraram na legislação sobre surdos, no século atual, a expectativa das garantias aos direitos como cidadãos. Assim, foi essencial pensar a educação do sujeito surdo, de maneira específica, linguística e cultural (ABRAHÃO; PEREIRA, 2015).

Na intenção de garantir uma educação positiva e consolidada para a pessoa surda, uma das medidas tomadas foi a abertura de cursos de bacharelado em letras-libras, formando intérpretes, e cursos de licenciatura, formando professores (ABRAHÃO; PEREIRA, 2015). Os autores ainda explicam que

A modalidade licenciatura nos cursos de letras-libras abriga turmas nas quais predominam graduandos surdos, que se tornarão professores de surdos. A presença de disciplinas referentes aos estudos literários seria indispensável para o futuro perfil profissional dos universitários, por todas as razões já elencadas, pela capacitação do conhecimento literário mesmo nos modos de dar sentido ao mundo, de dominar a língua e as linguagens, de organizar o pensamento e de abrir caminhos para a leitura crítica e as indagações sobre a sua visão de mundo e identidade (ABRAHÃO; PEREIRA, 2015).

Assim, compreende-se também a importância da literatura surda, uma vez que se constitui em um direito da realidade social surda como identidade e a cultura que participa da língua de sinais. Entretanto, ainda é notório que as instituições de ensino para surdos precisam aumentar o ensino e o aprendizado de literatura e literatura surda, transformando-as em disciplinas, além da necessidade de serem

abordadas em universidades para que formem e empreguem mais professores surdos e invistam no apoio ao desenvolvimento da formação de autores surdos e de obras para surdos (ABRAHÃO; PEREIRA, 2015, p. 147).

É importante ressaltar que antes de se praticar a inclusão, necessariamente se praticou a exclusão. Dessa forma, tão importante quanto praticar efetivamente a inclusão é deixar de praticar a exclusão. Antes é necessário entender a diversidade e a existência de pessoas com necessidades diversas, entre eles pessoas com as necessidades especiais que precisam ter a capacidade de acessar a escola. Antes de se falar em educação inclusiva, ou seja, a educação dentro da sala de aula, é importante ter a garantia de que o aluno consiga chegar até a sala de aula.

É importante dizer que o conceito de diversidade tem sido bastante usado nessas últimas décadas, e que ocorre “na intenção de coibir meios de exclusão escolar de alunos que venham apresentar um desenvolvimento e uma forma de aprender os conhecimentos, diferenciada do que a escola estava habituada até então” (NOGUEIRA; OLIVEIRA; SÁ, 2009, p. 57).

O artigo 206, inciso I, da Constituição Federal, determina que o ensino será ministrado com base em vários princípios e o primeiro deles é o de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). A integração escolar estimula o desenvolvimento das crianças de maneira geral, e não é diferente com as crianças especiais. Além de estimular o desenvolvimento, estimula também a convivência com a diferença. A integração tem uma função inclusiva e função terapêutica. Essa convivência com a diferença não é apenas para as crianças e adolescentes que possuem necessidades especiais, mas também para os demais que convivem com eles, uma vez que hoje temos um debate bastante amplo em relação à inclusão e a à diversidade, então nada melhor do que se aprender com a prática.

A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, a inclusão depende de uma mudança de valores da sociedade. Segundo Lehenbauer (2005)

A prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio de cooperação (LEHENBAUER, 2005, p. 605).

A inclusão depende de uma vivência de um novo paradigma, uma reflexão aberta entre professores, alunos, diretores, pais e comunidade.

Dessa maneira, Zaqueu (2012, p. 10) destaca que

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino (ZAQUEU, 2012, p. 10).

A escola tem papel fundamental na formação da pessoa com deficiência, sendo necessário que ela se preocupe mais com o tema da inclusão, trabalhando em conjunto com a família e os profissionais do ramo: psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, entre outros. É necessário considerar o aspecto da capacitação do professor, uma vez que ele é preparado para lidar com a homogeneidade e não com a diversidade, assim como as escolas.

Conforme expõe Nogueira, Oliveira e Sá (2009, p. 56): “numa escola inclusiva, a diversidade é valorizada em oposição à homogeneidade, oferecendo a todos os alunos maiores oportunidades de aprendizagem”. O ponto positivo da inclusão é valorizar a diversidade, oferecendo, além de oportunidades, apoio aos alunos que precisam ser incluídos.

Talvez o maior papel da escola é o de ajudar a formar cidadãos. A escola tem a capacidade de formar uma nova geração que saiba conviver com as diferenças, dessa forma, futuramente não seja necessário discutir sobre inclusão social pelo fato de ter deixado de excluir. Cabe ressaltar que uma questão que também é fundamental, é a postura da família. A família e a escola precisam trabalhar juntas.

A contação de história, de maneira geral, favorece a aprendizagem do aluno, contribuindo para aprimorar a imaginação, a linguagem, a atenção e a memória. De acordo com Abramovich (1994), o ato de contar histórias é fundamental para o desenvolvimento intelectual, em que se estimula a imaginação da criança, seu desenvolvimento comunicativo, sua interação com o narrador e com os colegas da sala de aula, além de favorecer uma interação sociocultural, seu desenvolvimento físico-motor, cujo objetivo é entender e recontar as histórias para outras crianças.

Abramovich (1994, p. 16-17) acrescenta ainda a importância para a formação das crianças, considerando que ao escutar histórias se inicia a aprendizagem do leitor e, sendo um, é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e compreensão do mundo, através das histórias é possível a descoberta de outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra ética, outra ótica.

No contexto da criança surda, não é diferente, os benefícios da contação de histórias são os mesmos. Campos, Kober e Melendes (2010) ressaltam a importância da introdução na rotina do professor em contar histórias utilizando a língua de sinais com estratégia para o aprendizado da língua portuguesa escrita e um melhor desempenho dos alunos surdos.

A escolha de obras literárias que coloquem o surdo como protagonista é muito importante, obras literárias que mostrem à criança surda que ela também pode se encontrar ao ler uma história. A parceria entre os pais e educadores é um processo indispensável pois sabemos que é no lar que a criança começa a aprender normalmente e a escola vem para dar continuidade a esse processo de aprendizagem. A obra de Bisol, **Tibi e Joca**, representa de forma ampla a participação do surdo como protagonista de uma história, trazendo criatividade e o exemplo de como é importante esse contato entre surdos e ouvintes, respeitando as diferenças.

A Declaração de Salamanca também responsabiliza a escola como um dos principais agentes para a inclusão social, colocando em debate a sua função e atribuindo papel importante em relação à educação para todos, principalmente daqueles que eram colocados nas classes especiais sem interagir com os considerados normais (SELAU, 2010, p. 31).

Zaqueu (2012) entende que:

(...) uma das tarefas para que se possa atingir os objetivos da educação em uma perspectiva inclusiva é identificar constantemente as intervenções e ações desenvolvidas e/ ou aprimoradas para cada escola seja um espaço de aprendizagem para todos os alunos. Isso certamente exigirá novas elaborações no âmbito de projetos escolares, visando ao aprimoramento de sua proposta pedagógica, dos procedimentos avaliativos institucionais e da aprendizagem dos alunos. (ZAQUEU, 2012, p. 10).

São muitas as propostas de melhorias para atender os alunos especiais, responsabilizando a escola e o educador como principais agentes para tal ação.

2 A ESCOLARIZAÇÃO DO LIVRO LITERÁRIO E A LITERATURA EM LIBRAS

No contexto da pedagogia histórico-crítica, a escola precisa oferecer instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como também o próprio acesso aos rudimentos desse saber (SAVIANI, 2008, p. 15).

A arte da literatura é um conteúdo fundamental para educação escolar que oferece a elevação da autoconsciência dos alunos, considerando que a partir das grandes obras literárias que o objetivo de tornar os discentes autoconscientes é alcançado. Sendo assim, é importante encarar as obras consagradas como conteúdos clássicos da educação escolar que devem ser transmitidos sistematicamente, tal como é proposto pela pedagogia histórico-crítica (ASSUMPÇÃO; DUARTE, 2015).

A arte de ensinar através da literatura é a forma mais antiga que existe, mesmo que nos tempos mais antigos ela não tivesse esse objetivo pedagógico. Historicamente, na antiga Grécia e em Roma, os textos das epopeias homéricas, de poetas e teatrólogos, eram declamados ou lidos para que os ouvintes se deleitassem com as facetas dos estilos literários, pensassem sobre o que falavam e observassem as belezas do mundo. Nesse contexto, a literatura passou a ser escolarizada, entrando nas escolas como um instrumento pedagógico. No Brasil, desde o século XVI, com os Jesuítas, a literatura era utilizada com o objetivo de impor uma respeitabilidade pelas belas letras e era mostrada numa realidade distanciada (ALMEIDA, 2014).

Na concepção de Malard (1985),

O melhor caminho para a aprendizagem da literatura ainda é a leitura dos textos literários e a crítica sobre eles, pois nenhuma outra forma de ver seus conteúdos, como resumos ou adaptações, substitui a prática da leitura original, uma vez que são releituras. Esses fatores podem ser apresentados para o aluno, fazendo com que ele entenda as semelhanças e diferenças entre esses intertextos e como cada leitura, pelo olhar do leitor, é também uma "re-escritura" de um texto. Diante desse fato, se torna indispensável que o professor seja um leitor e que consiga passar para o aluno essa afinidade dele com a leitura, porque o exemplo muitas vezes, é o condutor de comportamentos e atitudes, sobretudo no que diz respeito à criança e ao adolescente (MALARD, 1985 apud ALMEIDA, 2014, p. 9).

A interpretação do texto aponta para uma análise crítica e conhecimento de textos literários, considerando que mais de uma leitura é fundamental no método de ensino através da literatura, para que então o aluno possa ir descobrindo o texto e assimilando o assunto abordado no texto.

A partir do momento em que o aluno lê mais, ele se interessa mais pela literatura, considerando que “a ausência da prática de leitura, a leitura pragmática sem a provocação de uma crítica sobre o que é lido, a falta de acesso às bibliotecas e a pobreza dos acervos” desestimulam a prática de leitura dos indivíduos (ALMEIDA, 2014, p. 16).

Para Cosson (2009, p. 51), a sequência básica do letramento literário na escola consiste em quatro etapas: motivação, introdução, leitura e interpretação. Segundo ele, “práticas de motivação são aquelas que estabelecem laços estreitos com o texto que se vai ler a seguir”. Em outras palavras, o autor explica sobre a motivação como sendo o momento de construir situações em que os alunos devem responder a questões ou se posicionarem sobre um assunto, sendo assim uma das formas mais usuais de construção de motivação. Sobre a introdução, ele caracteriza como o momento de apresentação do autor e da obra, cuja intenção é ilustrar a sua importância na leitura literária (COSSON, 2009, p.55).

Nas palavras do autor, “A apresentação física da obra é também o momento em que o professor chama a atenção do aluno para a leitura da capa, da orelha e de outros elementos pré-textuais que introduzem uma obra” (COSSON, 2009, p. 60).

A etapa da leitura é fundamental que seja realizado fora da sala de aula, caso o texto seja extenso, entretanto, é importante que o professor convide os alunos a apresentarem os resultados de sua leitura nos chamados “intervalos” dela, seja através de uma conversa com a turma sobre o andamento da história ou atividades mais específicas (COSSON, 2009, p. 62).

Por fim, o autor acrescenta que: “A interpretação parte dos entretimentos enunciados, que constituem as interferências, para chegar à construção do sentido do texto, dentro de um diálogo que envolve autor, leitor e comunidade” (COSSON, 2009, p. 64).

Em suma, a motivação consiste na preparação dos alunos para a obra, partindo de um convite até o momento dos questionamentos realizados antes da apresentação da história, a qual desperta a curiosidade dos alunos, cuja intenção é inseri-los dentro da história, antes mesmo dela ser apresentada. Essa apresentação ocorre na fase da introdução, autor e obra são trazidos à tona, mostrando que a realidade do autor não é diferente da realidade dos leitores. O momento da leitura, para Cosson (2009), precisa ser mediado pelo educador e, por fim, a interpretação, que é a compreensão de como os sentidos literários são construídos num determinado gênero textual, até que o leitor possa criar e consiga mobilizar estruturas e propriedades funcionais do texto que está lendo.

Na educação infantil, através do acesso à literatura infantil, a criança adquire novos conhecimentos, desenvolvendo características capazes de acompanhá-las pela vida toda, considerando que é através dessa literatura que a criança se redescobre, encontrando soluções para alguns dos seus problemas infantis, se projetam nos personagens as inseguranças e curiosidades únicas desta fase, ou seja, “quanto mais cedo a criança tiver acesso à leitura, mais possibilidades ela terá para desenvolver suas múltiplas competências” (LIMA, 2016).

2.1 A Literatura, Inclusão e Valorização do Surdo

A literatura possui fundamental importância para a educação inclusiva, fazer da leitura literária uma prática constante significa potencializar o indivíduo em sua busca por mais autonomia. Além do mais, existem diversos textos literários que desenvolvem recepções que podem auxiliar em questões da diversidade e da alteridade. Dessa forma, quando os livros literários tratam de determinados temas complexos, é possível uma compreensão de que ser “diferente” é um modo constitutivo da vida e da existência humana. Assim, para construir uma cultura inclusiva mais ampla, as diferenças precisam estar em discussão, e o espaço intermediário da leitura literária se torna um ponto chave para desenvolver diferentes interlocuções, diversos diálogos e fazer emergir a dimensão da empatia, sabendo o que o outro sente ou pensa, mesmo que esse “outro” se origine no mundo da ficção/literatura.

Para Oliveira, Tigueiro e Testa (2020, p. 111): “Nessa perspectiva, a construção de saberes, por meio da leitura literária, é uma chama viva - repleta de possibilidades inimagináveis - nos desafios da educação inclusiva”. De modo geral, a literatura alimenta a imaginação do leitor, dando lugar à criatividade, apresentando o mundo em toda sua diversidade. Desse modo, ela ajuda o leitor a habitar esses espaços criados, sendo fundamental no contexto da inclusão social, expondo diversas realidades e diversas possibilidades numa educação inclusiva.

Assim, Sutton-Spence (2021, p. 41) explica que a literatura em libras enfatiza a língua, considerando que é criada uma linguagem gestual-visual-espacial, apresentando uma perspectiva diferente, incluindo todas as línguas de sinais no mundo inteiro. Em suma, para a autora, a literatura em libras participa de um tipo de literatura em língua de sinais da literatura surda brasileira. E acrescenta ainda que:

A literatura surda em língua de sinais se realiza, normalmente, na modalidade sinalizada e muitos elementos dessa forma de arte são fundamentados no fato daquela ser uma literatura visual “de performance” e “do corpo”, que existe apenas quando uma pessoa a apresenta. Assim, é quase impossível separar o corpo do artista do texto da narrativa ou do poema. Nas literaturas escritas, tais como a brasileira, escrita em português, estamos acostumados à ideia de que o texto pode ser separado do autor e quando o lemos recebemos pouca informação sobre o aspecto da pessoa que o escreveu. Já, na literatura sinalizada em Libras, podemos ver o artista como ator e vemos os poemas, as narrativas ou as piadas pelo meio visual através do seu corpo (SUTTON-SPENCE, 2021, p. 42).

A literatura surda foca nos gestos e no uso de sinais, o que a torna diferente. Ela não necessariamente precisa estar escrita, considerando que pode ser apresentada corporalmente, em que a linguagem corporal do autor e sua sinalização apresentam a composição literária.

2.2 A Importância do Planejamento e da Escolha das Obras para o Letramento Literário Infantil

Acessar o mundo infantil de forma lúdica e inserir conhecimentos inclusivos não é tarefa fácil. É necessário abordar a deficiência não como limitante, mas como uma característica pessoal, ressaltando sempre as potencialidades e não a limitação. É constatado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que

crianças com deficiência ou não muitas vezes são vítimas de apelidos que causam sofrimento (BRASIL, 1990).

É importante observar crianças que de repente perdem o sorriso e o brilho no olhar, elas podem estar sofrendo *bullying* e a utilização de livros infantis com temas inclusivos, podem evitar essas ações e o sofrimento delas, considerando que irá desenvolver desde cedo, valores inclusivos, bem como o respeito, a cooperação, a solidariedade e a amizade. Quando existe um ambiente de respeito, o *bullying* não se instala, por isso é importante trazer o tema da inclusão para as salas de aula e para os espaços de aprendizagem.

Voltando para a análise da obra de Bisol (2001), a história conta com a participação de um personagem surdo, Tibiriçá Maineri. Na apresentação do livro, a autora afirma que sua história é semelhante à história de muitas outras crianças que nasceram ou ficaram surdas. A autora nos propõe uma importante reflexão: “Dúvidas, desespero, culpa, acusações, sofrem os pais. Solidão, um imenso sem-sentido, um mundo que teima em não se organizar, sobre a criança. O que fazer?” (BISOL, 2001).

É importante ressaltar que não é uma situação fácil de lidar, é importante pensar no desenvolvimento da criança surda e em como agir de forma que esta não seja prejudicada. Primeiramente, buscar por pessoas que tenham um conhecimento melhor sobre a comunicação com surdos, procurar sempre obter conhecimentos sobre qual a melhor forma de lidar com eles, frequentar ambientes que permitam a interação de crianças surdas juntas, além de pais e mães, como forma de relatar suas experiências, apresentar as grandes possibilidades destas crianças, entre outras ações que poderão fazer muita diferença na vida delas.

Falar com crianças sobre potencialidades e limitações facilita a inclusão e a literatura pode contribuir para a inclusão. A utilização de um livro infantil com personagens com deficiência ou características especiais irá facilitar significativamente no que diz respeito à inclusão.

De acordo com Lima (2016),

É pensando nas relações sociais da criança com deficiência que a escola deve reconfigurar sua forma de ensinar, adotando estratégias e projetos que visem à construção de instituições verdadeiramente inclusivas, onde os professores e alunos estejam integrados às diferentes formas de ser e estar. (...) a escola precisa elaborar ações pedagógicas com o objetivo de

minimizar essa violência dentro do seu espaço, deste modo, estará também diminuindo-a dentro da sociedade (LIMA, 2016).

De acordo com Silva e Sousa (2018), o objetivo da obra de Bisol não foi transformar uma história conhecida da Língua Portuguesa em Libras, ou então adaptar o personagem de uma obra famosa como surdo, mas abordar a surdez e seus aspectos, oferecendo o conhecimento desse tema para as pessoas.

Segundo Assis (2014, p. 179-180), a escola é o espaço em que as relações sociais fazem parte do conjunto de relações humanas, configurando e reconfigurando constantemente, entre as crianças e adolescentes, professores e funcionários, pais e responsáveis, na comunidade escolar. Assim, como toda relação apresenta-se revestida de carinho, afeto, companheirismo e respeito, ela também se apresenta revestida de preconceitos, no sentido da palavra, com opiniões formadas sem o conhecimento dos fatos, baseada em julgamentos não fundamentados, discriminatórios em que as ações consistem em diferenciar, separar, isolar e excluir, negando e rejeitando individualidades e às diferenças.

Dessa forma, a literatura na infância se destaca como uma forma eficaz de discutir a inclusão, considerando que durante o processo imaginativo, a criança tem a oportunidade de criar e experimentar sensações e sentimentos de maneira prazerosa revela sua visão sobre o mundo, sobre as pessoas e sobre suas atitudes. Nesse sentido, a utilização da literatura como intermediária para compreensão sobre a inclusão e a elaboração de uma sequência didática, proporciona uma reflexão sobre o preconceito que existe dentro das escolas, possibilitando assim, uma mudança de pensamento e de atitudes para com as crianças com deficiência (LIMA, 2016).

No decorrer da história de Bisol, é possível observar que Joca é um garoto surdo que nasceu em uma família com pais ouvintes. Todos passaram por momentos difíceis até que começaram a utilizar a linguagem de sinais. O texto é rico em suas ilustrações e, além da história que é registrada na língua portuguesa, existe um boneco-tradutor que sinaliza as palavras-chave de cada página, permitindo ao leitor a utilização das Libras para acompanhar a história (BISOL, 2001).

Algumas crianças poderão expressar seus sentimentos, ideias a respeito de sua própria limitação ou da limitação de algum familiar ou amigo próximo. É

necessário inserir nas escolas, nas brinquedotecas, consultórios e em espaços de aprendizagem, livros com temas inclusivos, considerando que essa ação irá facilitar o trabalho de profissionais da educação e da saúde e, principalmente dos pais, com relação à inclusão da minoria gigantesca de pessoas no mundo que possuem algum tipo de deficiência.

A literatura para os surdos é aquela que trabalha pelos Direitos Humanos, em função da ratificação da legitimação das diferenças de qualquer natureza. Se esta literatura for publicada em formatos acessíveis, ela é uma literatura publicada em um livro acessível.

O interessante é que a literatura para surdos e, especialmente o livro acessível, são concepções que fazem com que pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, com transtornos de desenvolvimento, consigam ter o acesso a uma informação que ainda hoje é muito negada para esse público.

Infelizmente, ainda que a literatura para surdos seja escassa, os professores podem explorar a imaginação da criança, proporcionando possibilidades para a produção de histórias personalizadas que tratem de problemas reais vividos por eles (LIMA, 2016).

Dessa forma, Oliveira, Trigueiro e Testa (2020) sugerem que:

A escola precisa buscar meios de se aprimorar no que diz respeito ao uso do livro literário em sala de aula, em especial se pensarmos em termos de acervos literários disponíveis à educação inclusiva, principalmente em determinadas regiões do país em que há uma escassez de materiais adequados (OLIVEIRA; TRIGUEIRO; TESTA, 2020, p. 114).

Os livros acessíveis quando direcionados à pessoas com deficiência, ainda assim são úteis para quaisquer pessoas, eles podem ser publicados em vários formatos: em Braille, DVD com Libras e legendas, animação com audiodescrição, livro falado, entre outros, são várias possibilidades, considerando que todos eles exigem uma fase de preparação e de adaptação. Os formatos acessíveis devem ser pensados quando o livro começa a ser diagramado, de modo que todo o processo seja facilitado, resumindo numa inteligência editorial nova e ainda muito pouco exercida no Brasil com amplitude.

Com o objetivo de trabalhar a literatura para surdos, é necessário que o professor esteja bem preparado sobre termos, nomenclaturas e situações que façam parte do cotidiano da pessoa com deficiência, para que não seja ele um

multiplicador de ações indiretamente excludentes. É necessário que ele ofereça uma diversidade textual de modo que a literatura faça parte dessa diversidade, contribuindo assim para que o aluno com deficiência se identifique com a leitura e para que seus colegas se reconheçam enquanto seres sociais e aptos a partilhar de todos os momentos de desenvolvimento e aprendizagem. Em relação à escola, ela necessita ter uma equipe unida, que tenha projetos de diminuir a distância existente entre o espaço escolar e a educação inclusiva, aprofundando no conhecimento sobre o tema e o respeito às diferenças constantemente, não apenas teoricamente, mas na prática também (LIMA, 2016).

3 LEITURA E ANÁLISE DA OBRA TIBI E JOCA – UMA HISTÓRIA DE DOIS MUNDOS

O livro Tibi e Joca conta a história de Joca, um menino que nasce surdo em uma família com pais ouvintes, e assim como muitas crianças que nascem na mesma situação que ele, se sente perdido, sozinho e triste. Vendo todos ao seu lado se comunicarem verbalmente, e ele sem entender nada, cresce se sentindo como se fosse de outro mundo, olha ao seu redor e não encontra ninguém parecido com ele, seus pais não conseguem entender a situação e seus dias se tornam cada vez mais difíceis.

Até que um dia ele conhece Tibi, que resolve ajudá-lo, apresentando a Joca pessoas que, assim como ele, são surdos, mas se comunicam através da língua de sinais (libras), Joca fica impressionado e começa a aprender mais sobre esse meio de comunicação. Sente-se representado, percebendo que não vive em um mundo sozinho. Apresenta a libras para seus pais e, mesmo em meio as dificuldades, se esforçam, pois é importante para eles participarem da alegria de seu filho, finalmente a família se sente completa, conectada e Joca feliz e amado.

3.1 Letramento Literário e Letramento Visual na Obra

O leitor percebe desde o início do livro que a obra foi criada pensando na importância da criança surda se sentir representada na literatura infantil, com imagens, cores e desenhos que chamem a atenção para a libras e para o letramento visual, pensado nos surdos. Cabe ressaltar que o livro é escrito em textos curtos, rico em ilustrações, além de possuir um boneco tradutor, sinalizando em Libras, toda a história (SILVA; SOUSA, 2018, p. 6).

Na concepção de Mourão (2011, p. 55), o livro Tibi e Joca é um exemplo de texto criado e adaptado, considerando que relata “uma história contada por um surdo, uma realidade na comunidade surda”. O autor cita Apolinário (2005) quando diz que a família, a escola e a biblioteca são responsáveis pela formação de crianças leitoras, uma vez que são capazes de mediar não apenas a leitura de textos, mas a leitura do mundo, das vivências, da sociedade e do sujeito, concretizando a literatura como um ponto de encontro entre a leitura e o leitor surdo,

sendo capaz de despertar a imaginação, a fantasia, além de contribuir para a formação de indivíduos mais críticos e preparados para a vida, além de transmitir saber e conhecimento.

A literatura surda compõe-se de histórias que circulam para os surdos, através da língua de sinais, focando na valorização e no uso da Língua de Sinais, no empoderamento do surdo, na descoberta da identidade surda, contando com a existência de livros que tematizam a língua de sinais e os surdos a partir de uma representação normalizadora, ouvintista (MOURÃO, 2011).

De acordo com Rosa (2006, p. 59), o surdo utiliza a visão para adquirir informações, a junção da mídia à literatura oferece condições para que exista um fortalecimento da identidade, da cultura e do conhecimento da surdez.

O surdo é um sujeito visual, por isso é importante recursos que valorizem esse aspecto da aprendizagem da identidade surda, buscando mecanismos que tragam estratégias visuais, desde a infância o contato com esse tipo de material como apresentado no livro de Bisol é indispensável.

Pereira (2018, p. 3), entende que o livro de imagem pode despertar emoção, sensibilidade, além da imaginação do leitor, favorecendo a socialização, tornando-se para a criança surda um instrumento valioso na apropriação da leitura, da literatura e da informação. Nesse sentido, é essencial considerar o potencial de livros de imagem e também das poucas iniciativas na Biblioteconomia a favor de uma biblioteca escolar acessível, inclusiva e acolhedora, que garanta não apenas o acesso à informação, mas um espaço agradável e acolhedor em que as minorias sociais e linguísticas possam exercer a sua cidadania e lazer.

No decorrer do percurso como estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, com o contato com colegas surdos, muitos exemplos foram compartilhados de como era sofrido para eles, pois naquele tempo não conheciam a cultura surda, quando crianças não tinham contato com outras pessoas surdas e muitas vezes eram obrigados a oralizar, sendo tratados como ouvintes. Por falta de conhecimento, achando estar fazendo o bem, familiares até os impediam de irem à escola. Para eles, estar em um curso de formação superior onde são reconhecidos é um marco significativo na luta dos surdos.

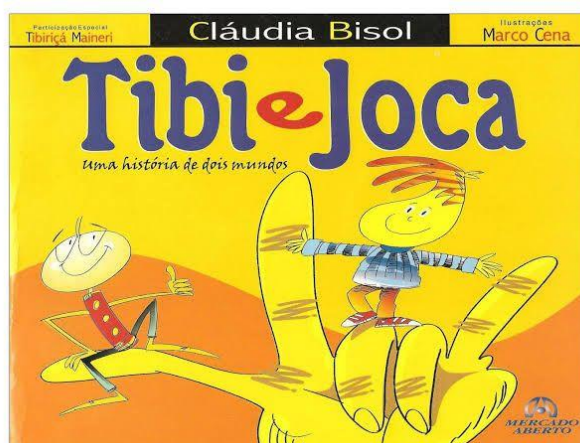
Profissionais da educação devem ter a oportunidade e interesse para reconhecer as diferenças e buscar estratégias como a utilização ou até mesmo a

criação de obras literárias como a de Bisol, desenvolvendo nas crianças desde a primeira infância a importância da leitura, quando a criança surda, ao abrir o livro, se sinta representada. Um leque de oportunidades surge com a utilização desses livros literários que desenvolvem na criança surda o interesse pela leitura, motivando para a sequência dos estudos, sabendo que podem um dia chegar a uma universidade, tendo seus direitos garantidos desde a educação infantil, e, para as crianças ouvintes, desde pequenos saberem respeitar as diferenças.

3.2 Interação entre Ilustração, Linguagem Verbal e Libras na Obra de Cláudia Bisol

Antes de adentrar aos recursos visuais da obra em análise, cabe ressaltar a importância da ilustração de uma obra que, muito mais do que ornar ou elucidar o texto, ela pode “representar, descrever, narrar, simbolizar, expressar, brincar, persuadir, normatizar, pontuar, além de enfatizar sua própria configuração, chamar atenção para o seu suporte ou para a linguagem visual” (CAMARGO, 1995; SILVA, 2017, p. 139).

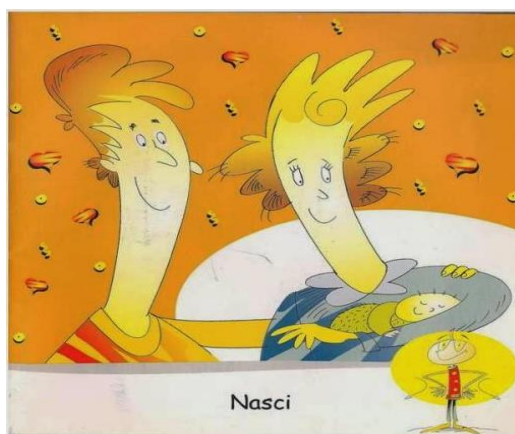
Figura 1. Capa do livro Tibi e Joca.



Cabe dizer que a ilustração favorece no desenvolvimento de diversas características do leitor, bem como a capacidade de observação e análise, por exemplo, além de possibilitar uma melhor experiência de cores, formas, perspectivas e significados (NOVAES; AMARILHA, 1997, p. 17).

Desde a capa do livro são encontrados elementos que reforçam a presença da Libras (Língua Brasileira de Sinais), a mão sinalizando amor e as personagens interagindo e sorrindo, Tibi, o amigo ouvinte e Joca, o surdo que descobriu a libras. Os dois sorrindo, felizes, sinalizando um para o outro, as cores vibrantes, que remetem à alegria, diversão, reforçando o aspecto visual em primeiro plano, aspecto esse pensado nos surdos, que é visual.

Figura 2. Nascimento de Joca



O nascimento do protagonista da história demonstra o que acontece em muitas famílias, um casal tem um bebê com propósito de proporcionar muitas alegrias, como podemos ver na ilustração o bebê nos braços da mãe, a feição de alegria mostrada no sorriso dos pais, corações espalhados ao fundo da imagem, é possível observar também o boneco sinalizante representado por Tibi na imagem ao lado demonstrando estar contente. A linguagem verbal não é a mais importante, mas sim a troca de olhares e cuidados, representados pela ilustração.

De acordo com Silva (2017), a imagem nesse contexto torna-se uma linguagem óbvia e transitória, sem a necessidade de outros significados, considerando que ela explica e atrai o leitor para uma experiência de fantasia e imaginação.

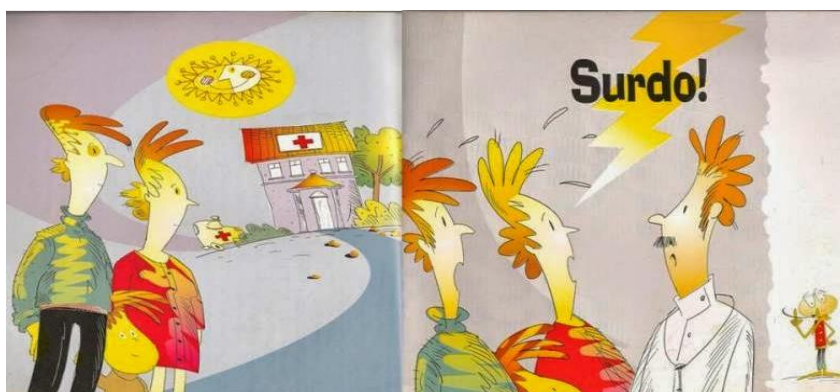
Figura 3. Surgimento de dúvidas



Na figura 3, é possível notar os pais pensativos, tentando encontrar respostas, os pontos de interrogação ao fundo da imagem, a expressão presente no rosto de Tibi e dos pais de Joca muda, pode-se observar também que a linguagem ilustrativa é predominante do decorrer da história do livro, algumas páginas com apenas uma palavra-chave e outras sem palavras apenas a linguagem não verbal. Desse modo, tanto a criança surda quanto a ouvinte podem soltar a criatividade, lendo a ilustração de modo articulado ao seu conhecimento de mundo.

Silva (2017, p. 148) ensina que: “O desenho como primeira linguagem e como atividade encarada seriamente pela criança, deve ser considerado como aliado essencial na tarefa de ler, pois é possível ler também cores, traços, luzes e sombras”.

Figura 4.A Descoberta da Surdez



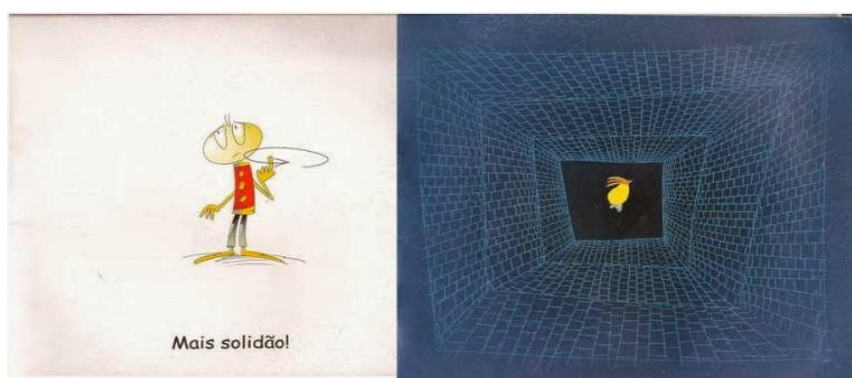
É interessante ressaltar a página dupla presente em algumas partes do livro as cenas da narrativa interagem lado a lado. Os pais buscam um hospital tentando entender o que acontece com seu filho, talvez em busca de um tratamento ou cura, como acontece em muitos casos de crianças surdas, onde o primeiro pensamento é encontrar algo que possa levá-las a ouvir. E para chamar atenção do leitor nota-se o desenho de um raio e a palavra surdo, que leva à sensação de barulho, algo assustador, a reação de susto expressa no rosto dos pais quando o médico revela a surdez. Nesse livro, o surdo ocupa posição de destaque, seus conflitos são abordados de modo que a criança surda se identifique com a história, se sinta representada e, portanto, se interesse pela obra.

Figura 5. Sentimento de tristeza Tibi e Joca



É possível observar, de acordo com a Figura 5, a feição de tristeza dos personagens, os tons antes alegres do fundo da imagem dão lugar a cores escuras, Tibi novamente aparece no canto da imagem fazendo sinal de tristeza e sua expressão facial muda. Reforçando que o boneco sinalizador está durante todo o livro ensinando para os ouvintes também, pois, ao sinalizar, o leitor ouvinte vê a palavra escrita com a representação pictórica de como ela seria interpretada em LIBRAS.

Figura 6. Solidão



Na Figura 6, observa-se Tibi vendo a solidão de seu amigo, notando que seu mundo estava girando e Joca bem longe, distante, sozinho como se estivesse em um buraco escuro. Tibi passa a assumir maior destaque na narrativa. Ele ocupa uma página inteira. De boneco sinalizador, ele assume a função de personagem que vai tentar auxiliar Joca a encontrar seu caminho.

Figura 7. Tibi Resgata Joca



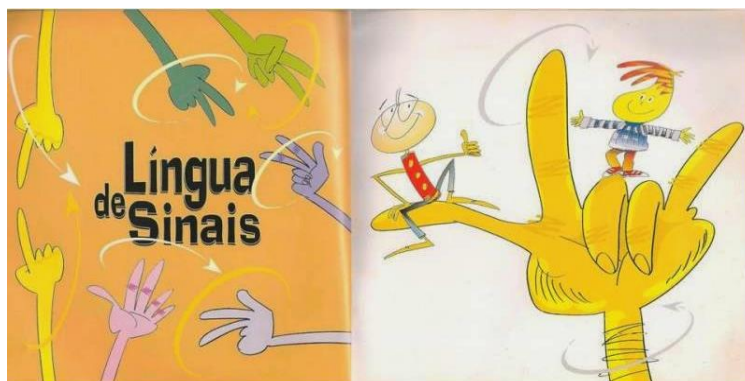
Na Figura 7, o leitor já consegue perceber que a realidade de Joca começa a mudar quando Tibi o resgata, valorizando a imaginação das crianças ao ver ele vindo em cima de um avião com uma corda para resgatar o amigo. Embora o livro trate de inclusão, e valorização dos surdos, isso não é feito com didatismo, a criação literária possibilita tratar esse tema de uma maneira leve, lúdica, algo bastante apropriado para o universo infantil.

Figura 8. O encontro entre Tibi e Joca



A figura 8 retrata o encontro entre o protagonista e o personagem que antes se encontrava no cantinho da página, mas agora entra em cena para ajudar o amigo Joca. As cores quentes voltam a aparecer devagar quando os amigos são apresentados, e a linguagem não verbal ocupa todo o quadro da página. Se perguntarmos a diferentes crianças sobre a cena representada, haverá leituras múltiplas, o que reforça o caráter polissêmico da obra de Cláudia Bisol e a possibilidade de leitores surdos e ouvintes ressignificarem o enredo da narrativa de acordo com sua experiência de vida e sensibilidade.

Figura 9.A língua de Sinais



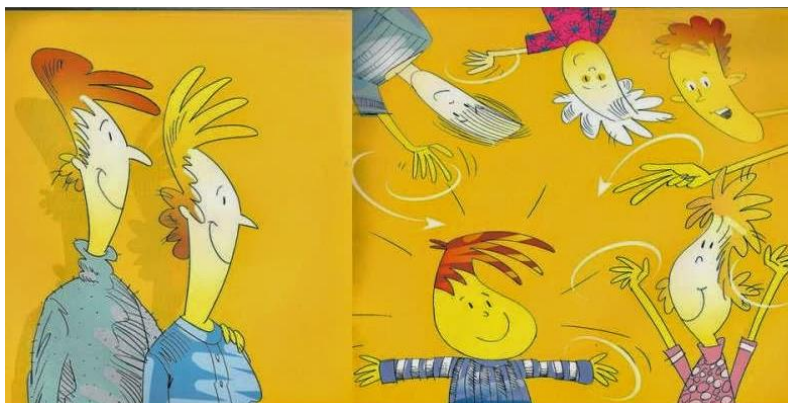
Na figura 9, assim como na capa, é possível observar diferentes mãos sinalizando, e a interação entre os amigos, em cima da mão sinalizando amor. A capa antecipa de algum modo uma das cenas da narrativa, destacando algo que será recorrente e importante ao longo do livro, a valorização da língua de sinais e das relações afetivas (amor) para que possa haver integração entre surdos e ouvintes, desconstruindo a ideia de cisão entre dois mundos.

Figura 10. Joca Conhece a Libras



Na Figura 10, Tibi apresenta a Joca pessoas iguais a ele, surdos que se comunicam uns com os outros através da Libras, e os ensinam sobre a Língua de Sinais, sobre a importância desse meio de interação utilizado pelos surdos. A imagem do dia brilhante e o sol radiante sobre eles, o rosto de Joca vermelho demonstra satisfação depois dessa grande descoberta. É importante destacar que os elementos da natureza são personificados, representam o humor das personagens como exemplo o sol e sua cor radiante.

Figura 11. Joca Apresenta a Libras para Seus Pais



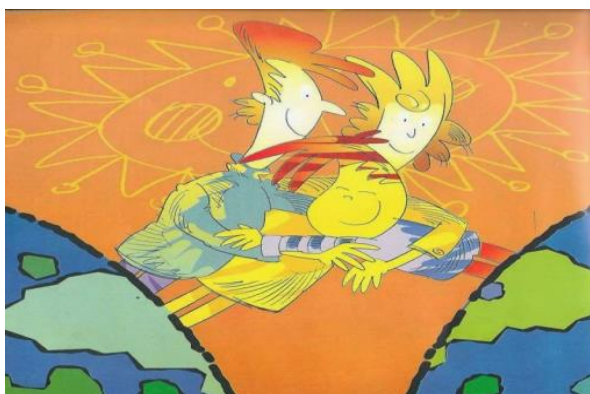
Na figura 11, em página dupla, os pais de Joca conhecem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e ficam admirados, percebendo a interação e a alegria de seu filho Joca se comunicando com seus novos amigos. As cores radiantes como a luz do sol voltam aparecer, Joca muito feliz se comunicando com seus amigos. Os pais de Joca assistem à interação dos garotos por meio da língua de sinais, assim como nós, leitores. Essa percepção que a estruturação do livro enfatiza novamente o protagonismo surdo e a perspectiva de que estão todos aprendendo ao conhecerem outra língua e outras linguagens.

Figura 12. Os Pais de Joca Conhecem a Libras



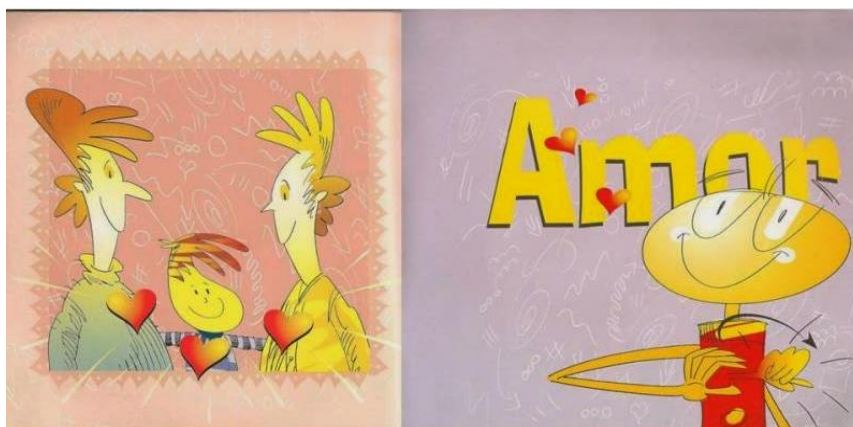
Na Figura 12, os pais de Joca começam a aprender a Língua de Sinais e veem que não é tão fácil, porém se esforçam por amor ao filho. Os papéis tradicionais se modificam, as crianças passam a ensinar os pais. Isso é muito importante, pois o livro **Tibi e Joca** constrói uma imagem de criança autônoma, participante, e não um indivíduo passivo, que apenas aprende com os mais velhos.

Figura 13. A História de Dois Mundos



Embora pareçam ser dois mundos diferentes, o mundo dos surdos e o mundo dos ouvintes podem ser ligados pelo amor e pela troca de conhecimentos, o que podemos perceber na Figura 13. O sol representando luz, alegria, dois mundos aparentemente separados, porém conectados pelo amor. Joca, radiante, cresce e se desenvolve com seus amigos surdos. Desse modo, forma-se um elo, que por sua vez, estava perdido pela falta de conhecimento.

Figura 14. O Amor Prevaleceu



A análise dessa obra traz uma reflexão sobre a importância de conhecer as diferenças desde pequenos, quanta dor e sofrimento poderiam ter sido evitados pelo simples fato de conhecer que a interação linguística dos surdos é diferente, mas não menos importante.

Mesmo em meio às dificuldades enfrentadas para aprender a língua de sinais, a partir do momento em que é descoberto esse meio de comunicação, a vida de Joca se transforma completamente, ele se sente completo e conectado à sua família. Essa realidade pode ser a de muitas famílias na mesma situação, por isso o acesso à informação é muito importante, é necessário que haja materiais como a obra de Bisol, e profissionais qualificados para trabalhar com as diferenças de forma assertiva.

Quanto mais os educadores forem fundamentados em teorias e metodologias de ensino como as do letramento literário, e no conhecimento de leis sobre inclusão e acesso à informação em libras, mais conseguirá realizar projetos de leitura significativos com obras como essa numa sala de aula para crianças. A literatura em libras é uma modalidade em ascensão, portanto é necessário que educadores leiam e divulguem essas obras para que cada vez mais elas possam ocupar as estantes das livrarias e incentivar os jovens surdos a escreverem sua própria história através da linguagem literária, como é o caso do Tibiriçá Manieli, que auxilia Cláudia Bisol na composição do livro e transforma-se num personagem, com uma participação muito importante na narrativa.

A ilustração é algo imprescindível nos livros infantis, pois eles são textos voltados para indivíduos que estão em processo de construção inicial de experiências de interação com as coisas do mundo, portanto o aspecto visual é muito importante para esse público. Sendo assim, faz-se necessário, que o educador também dê ênfase ao letramento visual enquanto lê essas obras literárias com as crianças, mostrando que as imagens também podem ser lidas e produzem diversos efeitos de sentido, bastante necessários para a organização social e para relações interpessoais nas quais estamos inseridos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, na pesquisa, buscou-se compreender a importância da literatura desde a infância e da inclusão social pensando nos surdos, nas leis e políticas públicas destinadas a esse público, buscando também adequar o papel da escola e do educador nesse processo de letramento literário a partir da análise do livro de Bisol, **Tibi e Joca: História de Dois Mundos**, que retrata de forma clara a importância de se pensar em matérias específicas em que a criança se sinta representada.

A literatura surda não surgiu momentaneamente, do nada, considerando que ela vem a partir de uma tradição, de uma cultura até os dias atuais, cabendo ressaltar que ela não trata o surdo como deficiente auditivo, mas como um indivíduo que se abre para uma cultura rica que possibilita a ele o experimento de outro mundo.

No contexto de adaptações literárias, fica evidente sua necessidade, uma vez que a maioria das narrativas literárias não possui um modelo de identidade surda, não utiliza a língua de sinais, pelo contrário, a maioria delas é feita para ouvintes, elas possuem a utilização das línguas orais. São detalhes que, quando adaptados, fazem com que a criança surda entre em contato com a literatura, gerando nela a identificação com os personagens, além de gerar o interesse pela história ao se deparar com personagens surdos, contribuindo assim para o desenvolvimento de sua imaginação. A utilização de obras criadas é fundamental para que essas crianças tenham contato com esse modelo identitário, com livros em LIBRAS.

Desde a infância é importante desenvolver nas crianças a habilidade de leitura, devendo o educador estar atento ao utilizar essas ferramentas, observando as possibilidades a serem trabalhadas com seus alunos, de modo a despertar o interesse pela leitura. Dessa forma, é possível observar com a leitura de obras literárias para surdos, como a história de Tibi e Joca, o fomento à interação entre surdos e ouvintes, entre linguagem verbal, linguagem visual e a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Através do letramento literário, a criança compreende melhor como se constroem os sentidos nos textos que elas leem, a mediação com o educador preparado faz com que o processo de aprendizado se torne mais significativo, trazendo um leque de possibilidades a ser trabalhado, pensando na criança surda, que é visual, sendo indispensável a utilização de imagens.

Por fim, a pesquisa proporciona ao leitor, a partir da obra, refletir como a criação de literaturas pensadas em um público específico é importante, no caso do presente estudo – o público surdo, a diversidade de cores e possibilidades de imaginação que surgem cada vez que o livro é aberto, destacando o respeito às diferenças. Ao analisar a obra de Bisol, percebe-se que ela vai muito além de apenas uma leitura, considerando que ensina sobre sentimentos, respeito, companheirismo, amor, em uma linguagem apropriada para o público infantil. Dessa forma, conclui-se que é importante que se conheçam todas as estratégias de adaptação e que se trabalhe com elas dentro de sala de aula, algo essencial para o desenvolvimento de uma educação inclusiva nas escolas.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Bruno Ferreira; PEREIRA, Danielle Cristina Mendes. O Direito do Surdo à Literatura: Por uma educação literária multimodal. **Linguagem em (Re)vista**, v. 10, n. 20, Niterói, jul-dez, 2015.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1994.

ALMEIDA, Wolney Gomes. **Educação de Surdos: Formação, Estratégia e Prática Docente**. Ilheus: Editus, 2015.

ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de. Literatura e Ensino: Perspectivas Metodológicas. **Rios Eletrônica – Revista Científica da FASETE**, ano 8, n. 8, dezembro de 2014. Disponível em <https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2014/8/literatura_e_ensino_perspectivas_metodologicas.pdf> Acesso em maio de 2022.

ASSIS, Maria Célia de. **Violência na escola: compreensão de um fenômeno social em João Pessoa- Paraíba- Brasil**. João Pessoa: A União, 2014.

ASSUMPÇÃO, Mariana de Cássia; DUARTE, Newton. A Arte e o Ensino da Literatura na Educação Escolar. **Revista Contexto**, v. 27, n. 1, 2015.

BISOL, Cláudia. **Tibi e Joca: Uma história de dois mundos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

BOVE, M. **Cursos sobre comunicação do surdocego congênito**. Programa Hilton Perkins para América Latina. São Paulo: 1993.

BRASIL, Constituição Federativa do. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8. 069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em dezembro de 2021.

_____. Lei nº 9,394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em dezembro de 2021.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf> Acesso em: maio de 2022.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: Questões Conceituais e de Atualidade**. São Paulo: EDUC, 2011.

CAMPOS, S. R. L.; KOBER, D. C.; MELENDES, A. J. **O recurso midiático como portador de texto no letramento de crianças surdas**. In: Leitura e escrita no contexto da diversidade. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 49-58.

CÂNDIDO, Antônio. **O Direito à Literatura**. IN: Vários Escritos. São Paulo - Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: Teoria e Prática**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2009.

HORTAS, Maria João. **Educação e Imigração: A Integração dos Alunos Imigrantes nas Escolas do Ensino Básico do Centro Histórico de Lisboa**. Lisboa: ACIDI, 2013.

LEHENBAUER, Silvana; et al. **O Ensino Fundamental no Século XXI: Questões e Desafios**. Canoas: Ulbra, 2005.

LIMA, Iviana Gonçalves de. A Literatura Infantil como Recursos Facilitador no Processo da Inclusão Escolar. **Editora Realize, II CINTEDI – Congresso Internacional de Educação Inclusiva**, 16 a 18 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA15_ID3620_23102016235358.pdf> Acesso em maio de 2022.

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **Legislação e Políticas em Educação Inclusiva**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

OLIVEIRA, Ana Carolina Alves de Lima; TRIGUEIRO, Edla Maria G. de Alencar; TESTA, Eliane Cristina. Literatura e Inclusão: Uma Parceria Ultrapassando os Limites. **Revista Porto das Letras**, v.6, n. 2, 2020.

PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda; ARANHA, Antonio Vitoria. **Universidade pública e inclusão social: experiência e imaginação**. [S.l.]: Nacional, 2008.

PEREIRA, Sabrina de Lima. **Ambientes Digitais Informativos para Surdos: Uma análise dos sites de bibliotecas universitárias federais brasileiras**. 2018, 135 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) –

Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/20890>> Acesso em julho de 2022.

ROSA, Fabiano Souto. Literatura Surda: Criação e Produção de Imagens e Textos. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 58-64, junho, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHLEMPER, Michelle Duarte da Silva. A importância da literatura infantil em libras no desenvolvimento infantil. **Revista Virtual de Cultura Surda**, Editora Arara Azul, Edição nº 20, Janeiro de 2017. Disponível em: <<https://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/3%C2%BA%20Artigo%20de%20Michelle%20Duarte%20da%20Silva%20Schlemper.pdf>> Acesso em novembro de 2021.

SELAU, Bento. **Inclusão na Sala de Aula**. 2ª Edição. São Luis: EDUFMA, 2010.

SILVA, Aline Maria da. **Educação Escolar e Inclusão Escolar: História e Fundamentos**. Curitiba: Ibpex, 2010.

SILVA, Thalison Bueno Alves; SOUSA, Natan Severo de. Surdez e Cultura Literária: Metodologia para a Prática Inclusiva no Ensino de Literatura na Escola. **II Congresso Brasileiro sobre Letramento e Dificuldades de Aprendizagem. CONBRALE – Congresso Brasileiro sobre Alfabetização, Linguagens e Letramentos**. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Editora Realize, 2018.

SUTTON-SPENCE, Rachel. **Literatura em libras** [livro eletrônico]. Tradução: Gustavo Gusmão. 1. ed., Petrópolis, RJ : Editora Arara Azul, 2021.

VIEIRA, Hilluska de Figueiredo Sousa Carneiro. Letramento literário – uncaminoposible. **Revista da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras – UFGD**, v. 4, n. 7:117-126, jul-dez, 2015.

ZAQUEU, Livia da Conceição Costa. **Política Educacional Inclusiva I**. São Luis: UFMA, 2012.



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
GOIÁS

Documento Digitalizado Público

TCC versão final (TCC II)

Assunto: TCC versão final (TCC II)

Assinado por: Gracielly Prado

Tipo do Documento: Documento de Formalização de Demanda

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gracielly Silva Prado, AUX EM ADMINISTRACAO**, em 14/09/2022 11:26:29.

Este documento foi armazenado no SUAP em 14/09/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 331771

Código de Autenticação: f239e783c5

